



**Concurso Público para provimento de cargos de  
Analista Superior I  
Assistente Social**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

**Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Redação**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

**Os anônimos**

*Na história de Branca de Neve, a rainha má consulta o seu espelho e pergunta se existe no reino uma beleza maior do que a sua. Os espelhos de castelo, nos contos de fada, são um pouco como certa imprensa brasileira, muitas vezes dividida entre as necessidades de bajular o poder e de refletir a realidade. O espelho tentou mudar de assunto, mas finalmente respondeu: "Existe". Seu nome: Branca de Neve.*

*A rainha má mandou chamar um lenhador e instruiu-o a levar Branca de Neve para a floresta, matá-la, desfazer-se do corpo e voltar para ganhar sua recompensa. Mas o lenhador poupou Branca de Neve. Toda a história depende da compaixão de um lenhador sobre o qual não se sabe nada. Seu nome e sua biografia não constam em nenhuma versão do conto. A rainha má é a rainha má, claramente um arquétipo, e os arquétipos não precisam de nome. O Príncipe Encantado, que aparecerá no fim da história, também não precisa. É um símbolo recorrente, talvez nem a Branca de Neve se dê ao trabalho de descobrir seu nome. Mas o personagem principal da história, sem o qual a história não existiria e os outros personagens não se tornariam famosos, não é símbolo de nada. Ele só entra na trama para fazer uma escolha, mas toda a narrativa fica em suspenso até que ele faça a escolha certa, pois se fizer a errada não tem história. O lenhador compadecido representa dois segundos de livre-arbítrio que podem desregular o mundo dos deuses e dos heróis. Por isso é desprezado como qualquer intruso e nem aparece nos créditos.*

*Muitas histórias mostram como são os figurantes anônimos que fazem a história, ou como, no fim, é a boa consciência que move o mundo. Mas uma das pessoas do grupo em que conversávamos sobre esses anônimos discordou dessa tese, e disse que a entrada do lenhador simbolizava um problema da humanidade, que é a dificuldade de conseguir empregados de confiança, que façam o que lhes for pedido.*

(Adaptado de Luiz Fernando Veríssimo, **Banquete com os deuses**)

1. O autor do texto considera que, em muitas histórias, certos personagens anônimos
  - (A) revestem-se de um caráter eminentemente simbólico, ainda que secundário para o desenvolvimento da trama.
  - (B) representam a desordem do acaso, entendido este como o destino que os deuses escolhem para a história humana.
  - (C) equiparam-se a símbolos recorrentes, como o Príncipe, para melhor sublinharem o ensinamento de uma fábula.
  - (D) têm crucial relevância para a história, ainda que relegados à obscuridade de transitórios figurantes.
  - (E) tornam-se irrelevantes depois de seu desempenho, na sequência de eventos independentes de sua participação.
2. O autor do texto levanta a seguinte hipótese para justificar o modo pelo qual personagens como o lenhador são anônimos em muitas histórias: eles seriam vistos como responsáveis por
  - (A) uma escolha pessoal e independente, que não deixa de afrontar uma instância superior já estabelecida.
  - (B) atos de subversão e anarquia, dado que, para atender a vontade dos deuses, ignoram a dos homens.
  - (C) decisões éticas basicamente preocupadas em conciliar a justiça terrena e a vontade divina.
  - (D) uma escolha irracional, justificável pela precária condição cultural que os caracteriza.
  - (E) uma reação de tal modo imprevisível que impossibilita uma sequência lógica de eventos.
3. Deve-se deduzir do texto que a razão pela qual os arquétipos não precisam de nome é que
  - (A) seu papel, tal como o do lenhador, já está estabelecido pelo Destino.
  - (B) sua importância, como a do lenhador, é casual, servindo para acentuar o realismo da narrativa.
  - (C) sua significação, tal como a do Príncipe Encantado, já está estabelecida pela tradição das histórias.
  - (D) sua função, tal como a da imprensa, é oscilar entre a necessidade pública e o interesse privado.
  - (E) sua relevância, tal como a da rainha má, está em representar uma rápida indecisão.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um elemento do texto em:
  - (A) *dividida entre as necessidades* (1º parágrafo) = açodada pelos desejos.
  - (B) *de bajular o poder e de refletir a realidade* (1º parágrafo) = de cortejar a instância superior e obliterar o real.
  - (C) *Toda a história depende da compaixão* (2º parágrafo) = toda a narrativa suscita um compadecimento.
  - (D) *É um símbolo recorrente* (2º parágrafo) = simboliza uma reiteração.
  - (E) *só entra na trama para fazer uma escolha* (2º parágrafo) = não participa do enredo senão para assumir uma opção.



5. Para uma das pessoas do nosso grupo, a entrada do lenhador simbolizava a dificuldade de conseguir empregados obedientes.
- Refaz-se a redação da frase acima, mantendo-se a correção, a clareza e a coerência em:
- (A) Entendeu uma das pessoas do nosso grupo de que o ingresso do lenhador era para ilustrar a dificuldade dos serviços submissos.
- (B) A participação do lenhador, segundo alguém do nosso grupo, indicava o quanto é raro encontrar funcionários que acatem as ordens.
- (C) É a dificuldade de acesso a empregados leais que justifica a entrada em cena da figura do lenhador, conforme asseverou um de nós.
- (D) Manifestou-se uma pessoa do nosso grupo no sentido de esclarecer a entrada do lenhador, símbolo desses empregados difíceis de obedecer.
- (E) O lenhador entrou na história, conforme foi aventado entre nós, para se constituir um exemplo da dificuldade da insubmissão.
- 
6. As normas de concordância verbal estão plenamente contempladas na frase:
- (A) Sempre poderá ocorrer, num espelho mágico ou na nossa imprensa, hesitações entre adular o poderoso e refletir a realidade.
- (B) Assim como o lenhador, outros personagens há, nas histórias de fadas, cujo modesto desempenho acarretam efeitos decisivos para a trama.
- (C) Reservam-se a personagens como o Príncipe Encantado, símbolos reincidentes dessas histórias, uma função das mais previsíveis.
- (D) O autor sugere que, na história da humanidade, exercem papéis da maior relevância quem acaba permanecendo no anonimato.
- (E) Entre as virtudes do lenhador consta, não restam quaisquer dúvidas, a da compaixão, sem falar na coragem de sua escolha.
- 
7. É preciso **corrigir** a má estruturação da seguinte frase:
- (A) O generoso lenhador praticamente não hesitou entre cumprir uma ordem cruel ou, num impulso de compaixão, desobedecê-la.
- (B) Embora sua escolha tendo sido decisiva para a trama, o anonimato do lenhador é intrigante, comparado a outros papéis.
- (C) É muito comum surgirem personagens arquetípicos nos contos de fadas, tais como os príncipes encantados ou as rainhas más.
- (D) A compaixão pode ser humildemente anônima, sugere o autor, ao passo que as qualidades dos poderosos surgem com um brilho ostensivo.
- (E) Caso fosse o lenhador um homem submisso, outra história seria narrada, em nada lembrando nossa conhecida "Branca de Neve".
- 
8. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:
- (A) O Príncipe é um símbolo reincidente, a cujo nome pessoal talvez nem mesmo a Branca de Neve tenha conhecimento.
- (B) A necessidade de bajular o poder é um vício de que muita gente da imprensa não consegue se esquivar.
- (C) A trama com a qual o personagem anônimo participa jamais seria a mesma sem o seu concurso.
- (D) Em dois segundos o lenhador tomou uma decisão na qual decorreria toda a trama já conhecida de Branca de Neve.
- (E) Os figurantes anônimos muitas vezes são responsáveis por uma ação em que irão depender todas as demais.
- 
9. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:
- (A) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes, de pequenas providências que, tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (B) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes, de pequenas providências que tomadas por figurantes, aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (C) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela dependem muitas vezes de pequenas providências, que, tomadas por figurantes aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (D) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (E) Os personagens principais de uma história, responsáveis, pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes, aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- 
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista**, a forma verbal obtida será:
- (A) pode ser obscurecido.
- (B) obscurecerá.
- (C) pode ter obscurecido.
- (D) pode ser obscurecida.
- (E) será obscurecida.



**Atenção:** As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

### Uns e outros

*Trabalhar em grupo é uma operação tão prestigiada – na escola, no trabalho, no clube – que ninguém a discute. O que é um perigo: as verdades dadas como indiscutíveis costumam paralisar as iniciativas.*

*Num trabalho em equipe, valoriza-se tanto o sentido do coletivo que a importância do indivíduo pode acabar subestimada. Tal depreciação interfere na produção do grupo – o que nos leva à óbvia conclusão de que o sucesso de um trabalho em equipe supõe a satisfação individual. Reconhecer o rosto de cada membro num time de verdade não é ceder a algum nefasto individualismo: é saber reconhecer e identificar o valor de cada sujeito.*

*É comum ouvir-se a respeito de um jogo de vôlei, no qual o Brasil se destaca: “A seleção brasileira não está jogando bem porque está jogando sem alegria”. Há aqui uma grande verdade: faltando a cada um dos jogadores essa força subjetiva, da vontade alegre e determinada, o grupo todo se ressentido e joga mal. Não se trata de falta de técnica ou de tática, que costumam sobrar em nossa seleção de vôlei: trata-se do súbito arrefecimento daquela chama interior que, em qualquer atividade em grupo, promove a motivação do indivíduo à motivação do grupo, da qual resultará um reforço ainda maior para o desempenho individual.*

(Nestor Correa Lima, inédito)

11. O autor defende em seu texto uma tese central: nas atividades em grupo,

- (A) o que de fato importa é a sensação individual de que o trabalho esteja sendo bem conduzido.
- (B) a interação entre os indivíduos não depende da disposição de cada um, mas de todo o conjunto.
- (C) a força do trabalho coletivo é basicamente determinada pelo ânimo do empenho individual.
- (D) a falta de disposição do conjunto acaba acarretando o arrefecimento do empenho individual.
- (E) o valor maior de um trabalho coletivo está em absolutizar a importância do prazer individual.

12. Estão empregados com uma significação muito próxima, no contexto em que surgem:

- (A) *verdades indiscutíveis* e *iniciativas* (1<sup>o</sup> parágrafo).
- (B) *importância subestimada* e *depreciação* (2<sup>o</sup> parágrafo).
- (C) *satisfação individual* e *nefasto individualismo* (2<sup>o</sup> parágrafo).
- (D) *chama interior* e *súbito arrefecimento* (3<sup>o</sup> parágrafo).
- (E) *súbito arrefecimento* e *falta de técnica* (3<sup>o</sup> parágrafo).

13. Está clara e correta a seguinte redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Contra o lugar-comum da indiscutível vantagem do trabalho em grupo, o autor prefere discutir a específica importância do ânimo individual.
- (B) Sendo a favor do ânimo individual, o trabalho coletivo, segundo o autor, acaba dependendo tanto dele que não há mais como ignorar-lhe.
- (C) Ainda que muitos privilegiem o trabalho em grupo, não ocorre o mesmo com a importância do indivíduo, que tanto concorre para o sucesso coletivo.
- (D) O sucesso do grupo não está intrinsecamente alheio ao sucesso individual, ao contrário, este se traduz, em grande parte, no resultado daquele.
- (E) Não há porquê imaginar que a satisfação individual de um promova qualquer embaraço para o sentido do coletivo, dado que um sem o outro torna-se improdutivo.

14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher adequadamente a lacuna da seguinte frase:

- (A) Aos esforços de cada um dos indivíduos ..... (**competir**), muitas vezes, promover as conquistas de um grupo.
- (B) Não ..... (**cumprir**) aos membros de um grupo culpar-se individualmente pelo fracasso de um trabalho.
- (C) Sim, a união faz a força, mas a cada um dos indivíduos do grupo ..... (**cabem**) também contar com suas próprias forças.
- (D) Não se imagine que das renúncias pessoais dos indivíduos ..... (**dependem**) o sucesso de um grupo.
- (E) Os ganhos que se ..... (**obtem**) com o trabalho de um grupo traduzem o comprometimento de cada indivíduo.

15. Está adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- (A) Não imaginou que prejudicaria o grupo se atender a uma necessidade que fosse inteiramente sua.
- (B) Caso a partida de vôlei terminasse naquele instante, todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano restará prejudicado.
- (C) A menos que se promova alguma mudança na condução deste trabalho, nosso grupo estaria fadado a fracassar.
- (D) Ainda que surgissem dificuldades maiores do que as que o nosso grupo enfrentou, elas haveriam de ser transpostas.
- (E) Nenhum de nós teria enfrentado tantos dissabores pessoais, caso os líderes do grupo houvessem demonstrado maior generosidade.



### Legislação

16. Analise as seguintes assertivas atinentes à INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária:

- I. Tem sede e foro na Capital Federal.
- II. Trata-se de sociedade de economia mista.
- III. Para a realização de sua finalidade compete-lhe, dentre outras atribuições, superintender, apenas de forma técnica e operacional, as unidades da infraestrutura aeroportuária.
- IV. Tem por finalidade, dentre outras, explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

17. No que concerne às disposições sobre Direito Internacional Privado, previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica, é correto afirmar:

- (A) Os direitos reais e os privilégios de ordem privada sobre aeronaves regem-se pela lei do país onde se encontrar a aeronave.
- (B) Os atos que, originados de aeronave, produzirem efeito no Brasil, regem-se por suas leis, salvo se iniciados no território estrangeiro.
- (C) As medidas assecuratórias de direito regulam-se pela lei do país da nacionalidade da aeronave, pouco importando onde esta se encontrar.
- (D) As avarias regulam-se pela lei brasileira quando a carga se destinar ao Brasil ou for transportada sob o regime de trânsito aduaneiro.
- (E) A assistência, o salvamento e o abalroamento regem-se pela lei da nacionalidade da aeronave.

18. Sobre os aeroportos, é correto afirmar:

- (A) Não compreendem áreas destinadas aos concessionários ou permissionários dos serviços aéreos.
- (B) A União tem a propriedade de todos os imóveis em que se situam os aeroportos.
- (C) Constituem universalidades, equiparadas a bens públicos federais, enquanto mantida a sua destinação específica.
- (D) Municípios não poderão contribuir com bens para a construção de aeroportos.
- (E) Compreendem áreas destinadas ao comércio apropriado para aeroporto, sendo que a utilização de área aeroportuária para tal finalidade não está sujeita à prévia licitação.

19. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o edital de licitação indicará, obrigatoriamente, dentre outras disposições,

- (A) o critério de reajuste, que deverá retratar a variação potencial do custo de produção.
- (B) o objeto da licitação, em descrição detalhada e clara, vedada a descrição sucinta.
- (C) condições distintas de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais.
- (D) se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido.
- (E) limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão previstos em conjunto com as demais parcelas.

20. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, é certo que:

- (A) o requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito.
- (B) o processo administrativo não poderá iniciar-se de ofício, somente a pedido de interessados; no entanto, a condução do processo poderá ser feita de ofício pela Administração Pública.
- (C) é possível à Administração recusar, ainda que imotivadamente, o recebimento de documentos, porém, o servidor deve sempre orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- (D) em regra, quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, eles não poderão ser formulados em um único requerimento, devendo ser formulados separadamente, em nome de cada interessado.
- (E) não é legitimado como interessado, no processo administrativo, aquele que, sem ter iniciado o processo, tem interesse que possa ser afetado pela decisão a ser adotada.

21. NÃO é causa de impedimento, para atuar em processo administrativo, o servidor ou autoridade que

- (A) tenha participado como perito, testemunha ou representante.
- (B) tiver interesse indireto na matéria.
- (C) estiver litigando administrativamente com o interessado.
- (D) tiver interesse direto na matéria.
- (E) tiver amizade íntima com algum dos interessados.

22. De acordo com a Lei nº 11.182/2005, na estrutura básica da ANAC, a Diretoria atuará em regime de colegiado e será composta por um Diretor-Presidente, além de

- (A) cinco Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente voto ordinário.
- (B) um Vice-Diretor-Presidente e cinco Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (C) seis Diretores, que decidirão por maioria relativa, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (D) um Vice-Diretor-Presidente e quatro Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (E) quatro Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.



23. Considere as seguintes assertivas atinentes ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:
- I. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
  - II. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público.
  - III. Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
  - IV. Os repetidos erros do servidor, seu descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

24. A respeito da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC, considere:

- I. São sujeitos passivos da TFAC, dentre outros, as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de prestação de serviços aéreos comerciais.
- II. A TFAC não recolhida no prazo e na forma estabelecida em regulamento será acrescida de multa de mora de 20% (vinte por cento), reduzida a 10% (dez por cento) caso o pagamento seja efetuado até o último dia do mês subsequente ao do seu vencimento.
- III. Os débitos de TFAC não poderão ser parcelados em razão da sua natureza tributária e de arrecadação tarifária.
- IV. São sujeitos passivos da TFAC, dentre outros, os operadores de serviços aéreos privados, as exploradoras de infraestrutura aeroportuária e as agências de carga aérea.

De acordo com a Lei nº 11.182/2005, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

25. Em procedimentos licitatórios realizados na modalidade pregão, a Administração Pública **W** exigiu garantia de proposta e a Administração Pública **Z** impôs, como condição para participação no certame, a aquisição do edital pelos licitantes. Nestes casos, de acordo com a Lei nº 10.520/2002,

- (A) ambas as Administrações praticaram condutas expressamente permitidas pela referida lei.
- (B) ambas as Administrações praticaram condutas vedadas pela referida lei.
- (C) somente a Administração **W** praticou conduta permitida pela referida lei.
- (D) somente a Administração **Z** praticou conduta permitida pela referida lei.
- (E) ambas as condutas são permitidas, mas necessitam de prévia aprovação do chefe do Poder Executivo licitante.

26. A Secretaria de Aviação Civil tem como estrutura básica:

- (A) o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até cinco Secretarias.
- (B) o Gabinete e a Secretaria-Administrativa, apenas.
- (C) o Gabinete, a Secretaria-Administrativa e até duas Secretarias.
- (D) a Secretaria-Executiva, a Secretaria-Administrativa e a Secretaria-Gerencial, apenas.
- (E) o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até três Secretarias.



27. De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional,
- (A) ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
  - (B) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
  - (C) ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado obrigatoriamente de forma direta a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, com exceção de setores independentes.
  - (D) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado necessariamente de forma direta a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
  - (E) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, apenas.

28. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, com relação à composição da tripulação considere:

- I. A função não remunerada, a bordo de aeronave de serviço aéreo privado, só pode ser exercida por tripulantes habilitados de nacionalidade brasileira.
- II. No serviço aéreo internacional poderão ser empregados comissários estrangeiros, contanto que o número não exceda 1/3 (um terço) dos comissários a bordo da mesma aeronave.
- III. A juízo da autoridade aeronáutica, poderão ser admitidos como tripulantes, em caráter provisório, instrutores estrangeiros, na falta de tripulantes brasileiros, devendo o contrato não exceder o prazo de três meses.
- IV. Na forma da regulamentação pertinente e de acordo com as exigências operacionais, a tripulação constituir-se-á de titulares de licença de voo e certificados de capacidade física e de habilitação técnica, que os credenciem ao exercício das respectivas funções.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29. No contrato de transporte aéreo de carga, segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica, em regra, ao chegar a carga ao lugar do destino, se o destinatário não for encontrado ou não retirar a carga no prazo constante do aviso, o transportador deverá
- (A) avisar ao expedidor para retirá-la no prazo de quinze dias, a partir do aviso, sob pena de ser considerada abandonada.
  - (B) devolver a carga imediatamente, sob pena de responsabilidade civil.
  - (C) devolver a carga imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa.
  - (D) avisar ao expedidor para retirá-la no prazo de trinta dias, a partir do aviso, sob pena de ser considerada abandonada.
  - (E) proceder novo aviso ao destinatário ou nova tentativa de localização, devendo devolver a carga após três tentativas comprovadamente frustradas.

30. Para a prestação de serviços aéreos não regulares de transporte de passageiro, carga ou mala postal, é necessária

- (A) permissão de funcionamento do Poder Executivo, a qual será transferível, podendo estender-se por período de 5 (cinco) anos improrrogáveis.
- (B) autorização de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 5 (cinco) anos, renovável por igual prazo.
- (C) autorização de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos, renovável por igual prazo.
- (D) permissão de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos improrrogáveis.
- (E) concessão do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos, renovável por igual prazo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. No *Internet Explorer* 8, opções tais como: tamanho do texto, código-fonte, codificação e estilo são integrantes do menu
- (A) Ferramentas.
  - (B) Exibir.
  - (C) Arquivo.
  - (D) Editar.
  - (E) Opções da Internet.
- 
32. O *Advance Fee Fraud* ou a fraude da antecipação de pagamentos, como é o caso do golpe da Nigéria, é um tipo de golpe, entre outros, usado na Internet para comumente obter vantagens financeiras dos incautos, denominado
- (A) *bot*.
  - (B) *screenlogger*.
  - (C) vírus de macro.
  - (D) *scam*.
  - (E) *spyware*.
- 
33. Apresenta como característica a não alteração do conteúdo do computador no qual é executado, tanto da memória física quanto dos registros, porque é processado diretamente de um dispositivo que o contém, como um *pen drive*, por exemplo. Assim, após finalizado, o aplicativo não deixa *rastros* no computador que, entretanto, deve atender aos requisitos do programa, como memória RAM e velocidade do processador. Trata-se de
- (A) *software* caseiro.
  - (B) micro aplicativo.
  - (C) *software* portátil.
  - (D) porta executável.
  - (E) programa padrão.
- 
34. Um computador é constituído de um conjunto de periféricos. Para controlar cada um deles, o sistema operacional precisa de uma interface de *software* entre ele e o *hardware* que é o
- (A) *link*.
  - (B) *eprom*.
  - (C) *drive*.
  - (D) *setup*.
  - (E) *driver*.
- 
35. Na célula A1 de uma planilha *MS-Excel* 2007 foi digitado "43 + base" e, na célula A2, foi digitado "44 + base". Pela alça de preenchimento, A1 em conjunto com A2 foram arrastadas até A4 e, depois, as células de A1 até A4 foram arrastadas para a coluna B. Desta forma, após a operação completa de arrasto, a célula B3 apresentou o resultado:
- (A) 45 + base.
  - (B) 46 + base.
  - (C) 47 + base.
  - (D) 48 + base.
  - (E) 49 + base.





36. São expressões das profundas transformações societárias na década de 1990, no Brasil, determinadas pelas mudanças na esfera do trabalho e da economia:
- (A) desmonte do terceiro setor e reorganização da filantropia no âmbito do Estado neoliberal.
  - (B) cortes no orçamento dos municípios de pequeno porte, fragilizando ainda mais a situação calamitosa dessas unidades federativas.
  - (C) processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social, com grandes mudanças e rebatimentos nas relações público-privadas.
  - (D) procedimentos gerenciais transpostos do fordismo e do taylorismo na condução das políticas públicas.
  - (E) métodos avançados de gestão do trabalho, inaugurando expressiva fase de crescimento do emprego formal.
- 
37. A reestruturação produtiva em curso atinge o mercado de trabalho do Assistente Social, incidindo contraditoriamente tanto na mudança e/ou redefinição de postos de trabalho em algumas áreas (por exemplo, nas empresas), como
- (A) na articulação entre processo produtivo e pleno emprego para o Assistente Social.
  - (B) na ampliação e diversificação das áreas de atuação profissional nas políticas de seguridade social, especialmente a política de Assistência Social.
  - (C) na composição e recomposição do trabalho intelectual e imaterial, das velhas formas de sociabilidade humano-genéricas ancoradas na modernidade.
  - (D) na corrosão do exercício profissional com o empirismo e o utilitarismo, que tão fortemente grassaram no pretérito profissional.
  - (E) no resgate da identidade profissional althusseriana e em suas manifestações cultural e ideológica.
- 
38. Raichelis (2011) afirma que a implementação das políticas sociais compõe um jogo complexo de conflitos e tensões, envolvendo
- (A) instituições estatais autárquicas que financiam as políticas sociais com base na Lei de Diretrizes e Bases Orçamentárias.
  - (B) disputas orçamentárias resultantes de decisões do poder judiciário no âmbito dos governos estaduais e municipais.
  - (C) acesso ao fundo público e sua repartição entre as políticas de Saúde e de Previdência Social conforme decisão do Conselho Nacional de Seguridade Social.
  - (D) organizações filantrópicas com base nos pressupostos do programa Comunidade Solidária.
  - (E) diferentes protagonistas, interesses, projetos e estratégias, contexto em que são requisitadas a presença e a intervenção de diferentes categorias profissionais.
- 
39. Historicamente, as respostas do Estado à questão social se realizam por meio da
- (A) fragmentação e setorização das necessidades sociais.
  - (B) organização das demandas sociais e plena atenção a elas.
  - (C) efetivação da cidadania keynesiana.
  - (D) atomização da sociedade civil.
  - (E) luta para o acesso aos direitos socioassistenciais.
- 
40. O Código de Ética Profissional do Assistente Social considera como princípios fundamentais:
- I. A liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expressão dos indivíduos sociais.
  - II. O posicionamento em defesa de Políticas Sociais Setoriais e do Estado de Bem-Estar Social.
  - III. A recusa das diversas correntes teóricas profissionais na orientação do exercício profissional.
  - IV. A defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) II e IV.
  - (D) III e IV.
  - (E) I e IV.



41. Para lamamoto (2010) as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes entre as classes sociais. Nesse sentido, a atuação profissional do Assistente Social
- (A) deve buscar reconstruir as relações entre diferentes sujeitos sociais particulares, na perspectiva de criar uma aliança de segmentos sociais com interesses opostos.
  - (B) deve pautar-se pela neutralidade, numa posição intermediária, acima dos interesses das classes em relação.
  - (C) é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm posição dominante.
  - (D) é parte de uma estratégia de qualificação do laicato da Igreja Católica, especialmente de sua parcela feminina, para dinamizar o apostolado social junto à família operária.
  - (E) recebe um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora para sua inserção social e emancipação política.
- 
42. Segundo pesquisas, como a promovida pelo CFESS/CRESS, em 2005, os Assistentes Sociais são predominantemente trabalhadores assalariados, constituindo, na maioria (78,16%) funcionários públicos, nas esferas municipal (40,9%), estadual (24%) e federal (13,1%). Esses dados apontam para o fato de
- (A) o Assistente Social não possuir um estatuto jurídico que lhe permita atuar na iniciativa privada.
  - (B) a falta de materialidade do trabalho do Assistente Social não convencer os departamentos de RH da importância e do papel desse profissional nas equipes multiprofissionais.
  - (C) a ausência de tradição liberal, entre outras hipóteses, na profissão, representar um fator limitante para que os Assistentes Sociais assumam novas frentes de trabalho.
  - (D) a morfologia do trabalho do Assistente Social conduzir o profissional, obrigatoriamente, a vender sua força de trabalho para organismos governamentais.
  - (E) o setor privado apresentar um crescimento gradativo da ampliação de vagas para os Assistentes Sociais.
- 
43. Um projeto de trabalho em Serviço Social, além de atender a legislação pertinente, deve também ser desenvolvido de acordo com uma metodologia. Considere o quadro abaixo:

1	Objetivos	Indicam o que pode ser esperado com a intervenção profissional.
2	Avaliação	É fundamental explicitar a forma de avaliação do projeto proposto, lembrar-se da importância do espaço para a participação da população usuária.
3	Metas	Aonde se busca chegar. É importante qualificar, deixar claro quais metas deverão ser atingidas.
4	Indicadores	Identificação dos indicadores que serão utilizados para a intervenção e avaliação do processo.
5	Objeto	Manifestações das questões sociais que deverão ser enfrentadas no projeto.

Para o desenvolvimento de um Projeto de trabalho em Serviço Social está correta a sequência:

- (A) 5, 2, 3, 1 e 4
- (B) 5, 1, 3, 4 e 2
- (C) 1, 5, 3, 4 e 2
- (D) 1, 3, 5, 4 e 2
- (E) 3, 5, 1, 4 e 2



44. Conforme a Lei nº 8.662, de 7/7/1993, que regulamenta o exercício profissional do Assistente Social, os estudos socioeconômicos com usuários são competências do Assistente Social e têm por finalidade
- (A) apreciar situações de pobreza para fundamentar decisões sociojurídicas em relação à garantia de alimentos para os menores de 18 anos.
  - (B) analisar as determinações da pobreza para o bom funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social.
  - (C) conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social.
  - (D) garantir a guarda compartilhada dos filhos em situação de separação amigável, desde que nenhuma das partes tenha sofrido processo judicial.
  - (E) conhecer o fato social em sua particularidade fenomênica como parte do processo de transformação da realidade.

45. Um projeto de trabalho do Assistente Social exige

- I. o reconhecimento, por parte do profissional, daquilo que lhe compete.
- II. a reprodução como seu do projeto institucional.
- III. a viabilização da participação efetiva dos usuários nas decisões institucionais.
- IV. o desenvolvimento de trabalho com outros profissionais, sempre que possível.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.

46. Os Programas de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) compreendem

- (A) ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.
- (B) investimentos econômicos na sociedade civil, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para sua emancipação.
- (C) incentivos a projetos de enfrentamento da pobreza e de infraestrutura urbana assentados em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais.
- (D) conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos e dos demais recursos materiais e humanos da União, dos Estados e do Distrito Federal na prestação de serviços de assistência à população.
- (E) organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos e a capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

47. São benefícios eventuais previstos na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social):

- (A) salário família para os filhos de trabalhadores formais com renda mensal *per capita* de até dois salários mínimos e assistência em creche para todas as crianças de até seis anos de idade.
- (B) auxílio reclusão por tempo indeterminado, desde que o apenado tenha recebido sentença de culpado e possua dependentes e benefício de Prestação Continuada para maiores de 65 anos, com renda familiar inferior a um terço de salário mínimo.
- (C) renda extra de cidadania para aquisição de medicamentos para hipertensos às famílias com renda mensal *per capita* inferior a um terço do salário mínimo e pecúnia ou bens de consumo.
- (D) auxílio à aquisição de itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros, cadeiras de rodas, muletas, óculos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.
- (E) auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a um quarto do salário mínimo, podendo ser estabelecidos outros benefícios eventuais para a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.



48. As ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias podem ser caracterizadas como
- (A) processos político-organizativos (conjunto de ações profissionais), processos de planejamento e gestão (conjunto de ações de planejamento) e processos de financiamento e contratação de terceiros, sem os quais o Assistente Social não efetiva as ações com a coletividade.
  - (B) meios de efetivar os processos de emancipação política, nos termos de Gramsci, e, na sequência, a emancipação humana, de acordo com Marx. As ações socioeducativas são vias únicas para os Assistentes Sociais construírem seu projeto hegemônico.
  - (C) programas vinculados às diferentes políticas sociais (seguridade social, habitação, criança e adolescente, emprego e renda, entre outras), de natureza pública ou privada, exceto no campo sociojurídico.
  - (D) ações planejadas, equacionadas ao objetivo do Serviço Social e conectadas ao conjunto de outras ações desenvolvidas no âmbito dos processos socioassistenciais e dos processos político-organizativos.
  - (E) processos educativos com a utilização de inúmeros recursos, podendo ser terapêuticos ou ocupacionais.
- 
49. No que se refere ao trabalho com indivíduos, grupos e famílias, é correto afirmar:
- (A) A orientação e o acompanhamento são ações de natureza socioeducativa que interferem diretamente na vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias.
  - (B) A escuta qualificada só pode ser utilizada por profissional de Serviço Social, como requisito fundamental do trabalho para elaboração de Perícia, Parecer e Estudo Social.
  - (C) As ações de cunho socioeducativo, inscritas no campo político-ideológico, não podem constituir mecanismos de ação do Assistente Social por não garantir o pluralismo teórico.
  - (D) A entrevista é utilizada como forma exclusiva de conhecer a realidade do usuário, que deve ser encaminhado para o Ministério Público, após identificadas suas demandas.
  - (E) O Assistente Social só realizará ações socioeducativas com acompanhamento interdisciplinar, considerando a natureza educativa da ação.
- 
50. De acordo com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), constitui medida de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, determinada por juízo, para preservar sua integridade física e psicológica, respectivamente:
- (A) I. garantir proteção policial, quando necessário, comunicando a ocorrência de imediato ao Ministério Público;  
II. fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
  - (B) I. acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;  
II. determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.
  - (C) I. identificar o agressor e juntada aos autos de sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele.  
II. qualificar a ofendida e o agressor.
  - (D) I. remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao Ministério Público;  
II. informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.
  - (E) I. garantir o acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;  
II. manter o vínculo trabalhista e, quando necessário, o afastamento do local de trabalho por até seis meses.
- 
51. Segundo o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, num Projeto de Jovem Aprendiz devem ser levados em conta os seguintes aspectos:
- I. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
  - II. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho nas mesmas condições que aos demais adolescentes.
  - III. É vedado o trabalho noturno realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte ao adolescente aprendiz.
  - IV. Havendo necessidade, o adolescente aprendiz deve trocar o horário e local de estudo, permitindo-se a ele a frequência à escola em primazia ao trabalho.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I e III.
  - (C) I e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) III e IV.



52. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990) estabelece no Art. 69 que o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados, dentre outros, aspectos relacionados a
- (A) isonomia salarial e respeito às condições psicossociais.
  - (B) plena responsabilidade por seus atos no ambiente de trabalho e pecúlio natalino.
  - (C) prevenção a situações de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente no ambiente de trabalho e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em igualdade com os demais trabalhadores.
  - (D) respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.
  - (E) atenção à integridade física, moral e intelectual de pessoa em desenvolvimento e ao direito a informação, cultura e educação.
- 
53. Segundo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003),
- (A) o idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, desde que comprovada sua aptidão laboral por perícia médica.
  - (B) cabe ao Poder Público criar programas de estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.
  - (C) é vedado ao idoso o acúmulo de aposentadoria e de salário, exceto nos casos em que a aposentadoria não ultrapassar dois salários mínimos e o salário percebido não ultrapassar o mesmo teto.
  - (D) fica assegurada aos maiores de sessenta e cinco anos a gratuidade do transporte aéreo, com a reserva de duas vagas gratuitas por aeronave para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.
  - (E) o idoso com menos de sessenta e cinco anos tem direito de participar de cursos de capacitação e reciclagem profissional para desenvolver atividades profissionais.
- 
54. No que tange à acessibilidade de pessoa portadora de deficiência, é de responsabilidade dos órgãos e da administração pública
- (A) adotar providências para garantir a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços, no âmbito de suas competências, à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas e obstáculos, bem como evitar a construção de novas barreiras.
  - (B) formar e qualificar professores de nível médio e superior para a educação especial, técnicos especializados para a habilitação e reabilitação, e instrutores e professores para a formação profissional, visando à qualificação cidadã de uma nova cultura.
  - (C) elaborar políticas públicas, quando couber e notadamente no que diz respeito às políticas de desenvolvimento econômico e financeiro, considerando a condição das pessoas portadoras de deficiência, devendo ser explicitadas nas leis as especificidades e os mecanismos inclusivos.
  - (D) reelaborar os planos diretores para as cidades com mais de dez mil habitantes, adaptando o transporte público, as calçadas, as faixas de pedestre e os semáforos com mecanismos de acionamento pela pessoa portadora de deficiência física, a fim de garantir sua travessia segura pela via pública.
  - (E) concorrer técnica e financeiramente para a consecução dos objetivos de acessibilidade nos estádios de futebol, casas de espetáculo e cinemas.
- 
55. O uso de substâncias psicoativas tem crescido entre a população e atingido o desempenho dos trabalhadores nas empresas; com isso, profissionais da área da saúde, como o Assistente Social, têm sido convocados a desenvolver programas e projetos de prevenção ao uso dessas substâncias. Como medida de precaução, a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas considera características de risco para o indivíduo:
- (A) isolamento social entre os membros da família; padrão familiar disfuncional, bem como a falta do elemento paterno.
  - (B) baixa autoestima; falta de autocontrole e assertividade; comportamento antissocial precoce; doenças preexistentes (ex.: transtorno de déficit de atenção e hiperatividade).
  - (C) núcleo familiar desestruturado com vínculos rompidos e extrema pobreza.
  - (D) falta de habilidade intelectual; disponibilidade de álcool e drogas na escola e redondeza e no ambiente intrafamiliar.
  - (E) descaso da escola e suas posições ambíguas em relação ao uso de álcool e drogas.
- 
56. Os Arts. 5º e 6º da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) definem os objetivos e atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS) e incluem no campo de atuação do sistema a execução de ações de
- (A) vigilância sanitária e epidemiológica; de saúde do trabalhador e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
  - (B) vigilância gerontológica; de atenção sorológica; de atenção psicossocial e de atenção neonatal e pós-natal.
  - (C) atenção universal à saúde de brasileiros e estrangeiros residentes no país; fornecimento de todos os medicamentos em internações de alta complexidade e auxílio funeral.
  - (D) atenção endêmica e epidêmica; de promoção à saúde da mulher, da criança e do adolescente e de auxílio de leite especial para crianças com intolerância a lactose.
  - (E) vigilância sorológica; de promoção à saúde do trabalhador rural e de atenção à saúde de usuários de substâncias psicoativas.



57. A Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, prevê a atuação de equipes multidisciplinares no
- (A) mapeamento das condições sociais e ambientais que favoreçam o surgimento de endemias e epidemias, como faz a Fundação Nacional de Saúde.
  - (B) atendimento a usuário de serviços privados de assistência à saúde que cumpre prisão domiciliar.
  - (C) planejamento da política nacional de saúde, com a participação tripartite de membros da sociedade civil, dos níveis de governo e dos prestadores privados de serviços de saúde, como é o caso dos Conselhos de Direito.
  - (D) atendimento e internação domiciliar nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora, como, por exemplo, o programa Saúde da Família.
  - (E) acolhimento de vítimas de catástrofes naturais e/ou ambientais, como a ocorrida na Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011.

58. No que se refere ao Auxílio Acidente, é correto afirmar:

- (A) Os trabalhadores urbanos inscritos na Previdência Social a partir de 25 de julho de 1991 para solicitar o benefício precisam comprovar 180 contribuições mensais, e os rurais têm de provar, com documentos, 180 meses de atividade rural.
- (B) A empresa poderá requerer o benefício de auxílio para seu empregado ou contribuinte individual que lhe preste serviço e, nesse caso, terá acesso às decisões referentes ao benefício.
- (C) O trabalhador acometido de tuberculose ativa, hanseníase, cegueira, síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), entre outras, terá direito ao benefício sem a necessidade de cumprir o prazo mínimo de contribuição e desde que tenha qualidade de segurado quando do início da incapacidade.
- (D) O trabalhador que recebe o auxílio é obrigado a realizar exame médico periódico e, se constatado que não poderá retornar sua atividade habitual, deverá participar do programa de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade, prescrito e custeado pela Previdência Social, sob pena de ter o benefício suspenso.
- (E) O trabalhador, para concessão do auxílio, embora não tenha de comprovar tempo mínimo de contribuição, deve ter qualidade de segurado e comprovar a impossibilidade de continuar desempenhando suas atividades, por meio de exame da perícia médica da Previdência Social.

59. Em relação às Normas Regulamentadoras da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, considere:

- I. Têm como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.
- II. Estabelecem diretrizes de ordem administrativa e avaliativa que objetivam a implementação de medidas de controle e sistemas de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na Indústria.
- III. Considera-se Equipamento de Proteção Individual todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a protegê-lo de ameaças à sua segurança e à saúde.
- IV. Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

60. A questão social no cenário recente expressa

- (A) a politização das necessidades e das lutas sociais.
- (B) a busca de harmonia entre capital e trabalho.
- (C) o consenso de classe efetivado pelas políticas sociais.
- (D) a ampliação exponencial das desigualdades de classe.
- (E) a integralidade das políticas sociais na perspectiva da igualdade.

**REDAÇÃO**

**Instruções:** A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação pela banca examinadora.

Na Prova de Redação deverão ser observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

A especialização é uma tendência que parece cada vez mais irresistível, principalmente por conta da insuperável profundidade que pode ser atingida pelo especialista em seu campo específico de conhecimento. Contudo, a esse aprofundamento em determinada área costuma corresponder, nos casos mais extremos, a ignorância de outros especialistas em outras áreas, ainda que muitas vezes bastante próximas dela. O risco é tornar-se cada vez mais difícil um olhar mais abrangente e uma compreensão mais ampla dos problemas que surgem.

A partir das reflexões acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se em relação ao seguinte tema:

**A abertura do foco para além do campo de visão do especialista**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	